

Diário do Legislativo de 01/06/2010

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Solenidade Realizada na 41ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada à Entrega ao Sr. Armando de Queiroz Monteiro Neto do Título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais

1.2 - 13ª Reunião Especial da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destina-se a Comemorar os 65 Anos do Fim da Segunda Guerra Mundial e Homenagear os Ex-combatentes Mineiros da Força Expedicionária Brasileira - FEB

1.3 - 31ª Reunião Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.4 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA SOLENIDADE REALIZADA NA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 27/5/2010

Presidência do Deputado Alberto Pinto Coelho

Sumário: Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - Composição da Mesa - Registro de presença - Execução do Hino Nacional - Leitura de mensagens - Palavras do Sr. Presidente - Entrega de título - Palavras do Deputado Federal Armando Monteiro - Apresentação musical.

Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O locutor - Destina-se esta parte da reunião à entrega ao Sr. Armando de Queiroz Monteiro Neto, Deputado Federal pelo Estado de Pernambuco e Presidente da Confederação Nacional da Indústria, do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais, concedido pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, a requerimento do Deputado Alberto Pinto Coelho, por meio do Decreto de 24/5/2010, publicado no "Diário do Executivo" de 25/5/2010.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Armando de Queiroz Monteiro Neto, Deputado Federal pelo Estado de Pernambuco e Presidente da Confederação Nacional da Indústria - CNI -; Deputado Federal Luiz Fernando Faria, representando a Câmara dos Deputados; Josué Costa Valadão, Secretário Municipal de Governo, representando o Prefeito Municipal de Belo Horizonte, Márcio Lacerda; Deputado Guilherme Uchôa, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco; Robson Braga de Andrade, Presidente do Sistema

Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - Sistema Fiemg - e Presidente eleito da Confederação Nacional da Indústria; e Olavo Machado Júnior, Presidente eleito do Sistema Fiemg.

Registro de Presença

O locutor - Gostaríamos de registrar a presença dos Srs. Presidentes e Vice-Presidentes das Federações das Indústrias, Diretores da CNI, Diretores da Fiemg, Presidentes de sindicatos patronais, empresários, familiares e amigos do Presidente Armando Monteiro, e do Exmo. Sr. Deputado Federal Júlio Delgado.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será executado pela Banda de Música da 4ª Região Militar, sob a regência do Subten. Newton Faria de Souza.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Leitura de Mensagens

O locutor - Gostaríamos de proceder à leitura de mensagens enviadas pelo Vice-Presidente da República, José Alencar, e pelo Prefeito Municipal de Belo Horizonte, Márcio Lacerda.

Mensagem do Vice-Presidente José Alencar. (- Lê:) "Ilustre Presidente, na oportunidade em que a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais realiza reunião especial destinada à entrega do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao Dr. Armando de Queiroz Monteiro Neto, levo a V. Exa. meus cumprimentos pela oportuna iniciativa da homenagem a esse eminente brasileiro, de tantos serviços prestados a Minas Gerais e ao Brasil. Cidadão de sólidos princípios, admirável formação profissional e dotado de conhecimento técnico, gerencial e administrativo, o Dr. Armando de Queiroz Monteiro Neto, na Presidência da Confederação Nacional da Indústria - CNI -, valorizou e impulsionou a indústria de nosso país e, como Deputado Federal, tem destacada atuação na vida política brasileira. Por tudo isso, é motivo de justo orgulho para os mineiros tê-lo entre nossos concidadãos".

Mensagem do Sr. Márcio Lacerda, Prefeito Municipal de Belo Horizonte: (-Lê:) "Prezado Armando de Queiroz Monteiro Neto, com satisfação recebi o convite para participar da solenidade em que a Assembleia Legislativa lhe outorga o título de Cidadão Honorário de Minas Gerais. Como, lamentavelmente, não poderei comparecer, quero, por meio do Secretário Municipal de Governo, Josué Valadão, cumprimentá-lo por essa homenagem. Sua trajetória de homem público, sempre amparada na seriedade, na ética e na transparência de suas ações, em defesa do desenvolvimento social e econômico do País e na melhoria da qualidade de vida dos brasileiros, é um grande exemplo para todos nós. Sua experiência e capacidade, adquiridas à frente do setor industrial, aliadas à sua atuação determinada no Congresso Nacional, têm mostrado que é possível - e mesmo imprescindível - que os setores público e privado unam suas energias em favor do estabelecimento de um novo tempo para o Brasil; um tempo de crescimento sustentado e de justiça social. Parabéns por mais esse justo reconhecimento ao seu trabalho. Estou certo de que ele irá fortalecer, ainda mais, a dedicação e o profissionalismo que distinguem sua atuação".

Palavras do Sr. Presidente

Exmos. Srs. Armando de Queiroz Monteiro Neto, Deputado Federal e Presidente da Confederação Nacional da Indústria; Luiz Fernando Faria, Deputado Federal, companheiro do Partido Progressista, representando a Câmara Federal; Josué Costa Valadão, Secretário Municipal de Governo, representando o Prefeito de Belo Horizonte, Sr. Márcio Lacerda; Deputado Guilherme Uchôa, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, meu companheiro de jornada; Robson Braga de Andrade, meu fraterno amigo, Presidente do Sistema Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - Sistema Fiemg - e Presidente eleito da Confederação Nacional da Indústria; Olavo Machado Júnior, Presidente eleito do Sistema Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - Sistema Fiemg -, meu caro amigo; boa-tarde. De forma muito especial e carinhosa, enalteçamos a presença ilustre dos familiares do nosso homenageado: sua esposa, Mônica Guimarães; seus pais, Armando Queiroz Monteiro Filho e Maria do Carmo Magalhães Monteiro; e seu filho Armando Monteiro Bisneto.

Ilustres empresários, Presidentes de confederações, ilustres parlamentares, senhoras e senhores, é motivo de grande júbilo para toda Minas Gerais a concessão da cidadania honorária de nosso Estado ao empresário e líder político pernambucano Armando de Queiroz Monteiro Neto. Presidindo a CNI, nosso homenageado vem-se destacando em sua vida pública pela prática do empreendedorismo e de uma firme liderança, além da permanente defesa do desenvolvimento econômico e industrial do País. Parlamentar de decisiva presença na Câmara Federal, tem-se destacado pela atuação referente às questões tributárias e trabalhistas, além de acompanhar atentamente os desdobramentos da crise econômica mundial, não só nas comissões criadas para esse fim, como na disposição em levar suas sugestões ao governo federal. Com sua dupla formação universitária nas áreas de direito e administração, esteve à frente de importantes empreendimentos industriais no Nordeste. É também descendente de famílias das mais ilustres de seu Estado.

No momento em que passa a ser sucedido pelo mineiro Robson Andrade na maior das associações empresariais do Brasil, fundada pelo saudoso mineiro Euvaldo Lódi, retorna à memória de todos a forte contribuição de Minas e Pernambuco à construção da nação e da identidade brasileiras. A expansão da economia colonial que nos levaria aos primeiros sentimentos nativistas, desaguando, com indignação, lutas e sacrifício de seus líderes, na ansiada independência, é fruto da existência dessas duas províncias transformadas em motores de nossa história, responsáveis por dois notórios momentos de riqueza: o do açúcar e o do ouro. São momentos cruciais para o surgimento e a lapidação da brasilidade - o sentimento de pertencer a este vasto e contínuo espaço - pelas ousadas reações ao opressivo domínio português, gerando heróis autênticos, vindos do seio do povo.

Minas e Pernambuco são, desde seu início, artífices da história nacional, como testemunham os atos tão simbólicos da criação de nossas bandeiras. O compromisso mineiro com a liberdade, presente na frase latina que acompanha o triângulo vermelho, foi desenhado e escrito pelos próprios inconfindentes, chefiados pelo tão emblemático Tiradentes, simples alferes, mas dotado de coragem suficiente para se transformar no mártir anunciador da futura República. A flâmula do Leão do Norte, por sua vez, foi criada em plena Revolução Pernambucana, em 1817, reação à espoliação da Corte, instalada no Rio de Janeiro, pelos impostos que visavam sustentar o monarca português, num episódio bastante semelhante à extorsão representada pela cobrança do quinto de nossos mineradores para financiar o enriquecimento de Lisboa. Prenunciando uma nova era, apresenta o arco-íris raiando no céu iluminado pelo sol do futuro, com uma estrela dourada representando o Estado de Pernambuco. Já o desenho da cruz, além de evocar a primeira denominação do Brasil, Terra de Vera Cruz, conchama os cidadãos à fé e ao entendimento. Os pernambucanos, decorridos poucos anos daquela primeira revolução, rebelaram-se contra o autoritarismo de D. Pedro I por ter dissolvido nossa primeira Assembleia Constituinte, renegando com essa medida a possibilidade de maior autonomia para as províncias. Liderando a Confederação do Equador, o povo de Pernambuco assumiu a revolta, na qual se destacou a coragem de Frei Joaquim do Amor Divino, que, de modo semelhante ao que ocorreu com Tiradentes, ficou conhecido por seu apelido humilde: Frei Caneca. Mineiros e pernambucanos foram, pois, os primeiros a divulgar pelo Brasil as grandes ideias iluministas consubstanciadas na independência e na liberdade, origem do progresso, da justiça e da felicidade coletiva justificados pela soberania nacional.

Nesta hora em que o destino nacional merece um novo e autêntico pacto federativo, com a busca de um equilíbrio mais significativo entre os diversos entes federados, retornando à essência da Constituição de 1891, instauradora da República, reveste-se de grande importância a substituição de um pernambucano por um mineiro na condução da CNI. Trata-se da garantia de continuidade conferida a um trabalho que vem ajudando a indústria brasileira a se desenvolver em todos os seus segmentos, facilitando e impulsionando o ambiente de negócios. Para que o Brasil efetivamente ocupe um lugar de maior importância, quando o mundo vive uma profunda transformação de suas lideranças, é preciso que tenha uma indústria realmente forte e diversificada. Nesse âmbito altamente competitivo, o crescimento industrial é garantia não só de um desenvolvimento sustentável como de nossa própria soberania. Parlamentares e lideranças industriais partilham, portanto, das mesmas bandeiras, entre elas menos impostos e mais investimentos em educação e em infraestrutura.

Armando Monteiro Neto é um defensor entusiasta das grandes questões nacionais, que também são as nossas mais caras reivindicações. Receba, pois, caro amigo, o pleno reconhecimento do povo de Minas Gerais ao dinamismo do cidadão, político e empresário já merecedor de uma consolidada projeção internacional, à qual se somam o afeto e o carinho de nossa gente. Muito obrigado.

Entrega de Título

O locutor - Neste momento, o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Alberto Pinto Coelho, fará a entrega do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao Sr. Armando de Queiroz Monteiro Neto, Deputado Federal pelo Estado de Pernambuco, que será trazido por acólitos do Exército Brasileiro. O título traz os seguintes dizeres: "Cidadania Honorária do Estado de Minas Gerais. O Governador do Estado de Minas Gerais, nos termos do decreto publicado no dia 25/5/2010 e a requerimento da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, concede ao Sr. Armando de Queiroz Monteiro Neto o título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais, por sua relevante contribuição para o engrandecimento da terra mineira. Belo Horizonte, 27/5/2010. Antonio Augusto Junho Anastasia, Governador do Estado de Minas Gerais, e Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais."

O Sr. Presidente - Peço aos dois grandes líderes da indústria de Minas, Robson Andrade e Olavo Machado, que me acompanhem neste ato simbólico e soberano.

- Procede-se à entrega do título.

Palavras do Deputado Federal Armando Monteiro

Boa tarde a todos. Saúdo o Deputado Alberto Pinto Coelho, Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, a quem agradeço essa distinção, a honraria que me concede nesta inesquecível e significativa homenagem; o Deputado Federal Luiz Fernando Faria, meu colega, agradecendo-lhe a presença; o Deputado Federal Júlio Delgado, nosso colega, companheiro, grande parlamentar de Minas Gerais; o Deputado Guilherme Uchôa, nosso amigo, dileto companheiro, Presidente da Assembleia Legislativa de Pernambuco, que comparece hoje a este nosso evento. Agradeço-lhe muito e também a uma expressiva delegação parlamentar de Pernambuco que aqui comparece prestigiando-nos. Permitam-me nominá-los: Deputado Sebastião Rufino, Deputado Airinho, Deputado João Fernando Coutinho, Deputado Soldado Moisés, Deputada Elina Carneiro. Agradeço-lhes muito a presença. Saúdo Josué Costa Valadão, Exmo. Sr. Secretário Municipal de Governo, que representa neste ato Márcio Lacerda, Prefeito de Belo Horizonte; Robson Braga de Andrade, nosso estimado amigo, companheiro de lutas, Presidente da Fiemg, e Presidente eleito da CNI; Olavo Machado Júnior, Presidente eleito da Fiemg; Carlos Eduardo Moreira Ferreira, nosso companheiro, Conselheiro Emérito da CNI; os Presidentes de Federações da Indústria de todo o País que aqui comparecem hoje, diletos companheiros que nos ajudaram nesses anos a conduzir os destinos da CNI, que nunca nos faltaram com apoio, solidariedade e orientação.

Temos aqui ainda os companheiros Antônio Carlos da Silva, Presidente da Federação das Indústrias do Amazonas; Edílson Baldez, Presidente da Federação das Indústrias do Maranhão; Rivaldo Neves, Presidente da Federação das Indústrias de Roraima; Flávio Azevedo, Presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte; José Carlos Lira de Andrade, Presidente da Federação das Indústrias de Alagoas; Lucas Izoton, Presidente da Federação das Indústrias do Espírito Santo; Paulo Simão, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil; Melvyn, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção. Saudamos ainda os Presidentes de sindicatos vinculados à Fiemg, além de companheiros do movimento empresarial do Brasil, Presidentes de associações setoriais da indústria, mineiros que representam as mais expressivas associações. Cumprimento especialmente os meus familiares, meu pai, minha mãe, minha esposa, meu filho, parlamentares, amigos, representantes da imprensa, companheiros que nos ajudaram a dirigir a CNI e o seu sistema, como o Superintendente Corporativo do Sistema, Antônio Carlos Brito Maciel; o Prof. José Manoel de Aguiar Martins, Diretor Nacional do Senai; e o nosso grande amigo e chefe de gabinete da CNI, Cid Ferreira Lopes, que é mineiro também.

Senhoras e senhores, receber o título de Cidadão Honorário de Minas, outorgado por sua Assembleia Legislativa, Casa da cidadania e da liberdade, é uma deferência que me sensibiliza e emociona. Recebo-o com a consciência de que me é outorgado mais pelo papel institucional que desempenho ao presidir a Confederação Nacional da Indústria que pelos meus méritos pessoais. Vejo-o como um reconhecimento eloquente ao que a indústria agrega ao País, sua valiosa contribuição ao desenvolvimento sustentável, à geração de emprego e renda e à construção de uma sociedade mais justa e fraterna.

Na pessoa do Presidente desta Assembleia, Deputado Alberto Pinto Coelho, agradeço esta honrosa homenagem que me prestam os representantes do povo de Minas Gerais, plenamente consciente da responsabilidade que implica ser cidadão honorário de um Estado reconhecido como polo político do Brasil.

Tenho pelo Legislativo o maior apreço. Dos três Poderes, é o que melhor representa a sociedade, dando vez e voz às minorias, garantindo a vontade da maioria. É uma escola de cidadania, de respeito à adversidade, de resolução civilizada dos conflitos. É aqui que se forjam os estadistas, e Minas, como celeiro de tantos deles, tem em sua Assembleia Legislativa uma verdadeira universidade de política. Daí a importância adicional desse título para mim, aprendiz de uma arte que tem em Minas seu ponto de referência. Ser cidadão mineiro é estar na companhia de uma ilustre galeria de vultos nacionais, estadistas, intelectuais e artistas, como Tiradentes, Tancredo Neves, Juscelino Kubitschek, Israel Pinheiro, Carlos Drummond de Andrade, Aleijadinho e tantos outros que hoje figuram no panteão da Pátria. Citamos também empresários do porte de Euvaldo Lodi e Américo Renê Giannetti, que fundaram a CNI, e tantos outros que ajudam a construir esta grande nação. Aliás, no campo empresarial, Minas exerce papel de grande destaque. Para mim, é uma satisfação saber que serei sucedido na Presidência da CNI por um grande empresário mineiro, Robson Braga de Andrade, garantia de que o setor estará sob seguro e competente comando.

Sinto a emoção deste momento ao falar para os representantes políticos de um dos Estados de maior destaque da Federação, cuja história marca e define a nacionalidade brasileira. Tornou-se um axioma da política brasileira dizer que para onde Minas se inclinar irá o Brasil. Não é exagero nem retórica ufanista, mas uma realidade. A singularidade de Minas começa com sua configuração geográfica: é o Estado brasileiro que tem o importante papel de servir de conexão entre as regiões brasileiras. Minas é a síntese do Brasil, tem o semiárido do Nordeste, o cerrado do Centro-Oeste, as terras férteis do Sul e a riqueza hidrográfica do Norte. Sente, por isso mesmo, como nenhum outro, a pulsação nacional, o que lhe permite exercer o papel de ponto de equilíbrio na vida política da Nação.

Permita-me evocar neste momento o grande Afonso Arinos para reproduzir algo que considero tão expressivo na definição dessa centralidade do papel fundamental de Minas. Dizia o grande mineiro Afonso Arinos: "Minas é o centro, e o centro não quer dizer imobilidade, porém peso,

densidade, nucleação, vigilância atenta, ação refletida, mas fatal e decisiva. Minas foi, é e será sempre o centro. As suas terras tocam os climas do Norte. Participa dos climas úmidos e florescentes da orla litorânea. A oeste, da civilização do couro. Ao sul, confina com a riqueza paulista. Daí a sua posição histórica, que é um imperativo geográfico, econômico e étnico. Tende para a direita, quando a ordem periga. Tende para a esquerda, quando periga a liberdade. Age por compensação, como as defesas orgânicas, posição central que alguns Estados do Brasil por vezes não compreendem, mas sempre agradecem quando, serenadas as paixões, analisam de boa-fé os resultados.". Não é, pois, de estranhar que tenha tido papel fundamental no curso dos movimentos políticos e sociais que moldaram o desenvolvimento e a personalidade deste país. Não há um só acontecimento importante da História do Brasil em que Minas não se tenha feito presente de maneira seminal, deixando sua assinatura e contribuição.

A própria Independência já estava anunciada e definida na manifestação heroica dos inconfindentes de Ouro Preto. No curso da consolidação da República, a aliança Minas-São Paulo, enquanto durou, foi fator de equilíbrio com a famosa política do café com leite, responsável pela sustentação do poder civil.

Quando o modelo da Velha República se rompeu com a eclosão da Revolução de 1930, Minas, mais uma vez, teve papel decisivo de captar os ventos transformadores daquele momento. Todavia, a Revolução desviou-se de seus propósitos liberais e desaguou na ditadura do Estado Novo em 1937. Coube outra vez a Minas a primazia da primeira reação consistente que abalaria os alicerces da ditadura: o "Manifesto dos Mineiros", firmado em outubro de 1943, quando a ditadura ainda exibia força e infundia temor.

Foi gesto libertário, em consonância com o dístico da bandeira mineira - liberdade, ainda que tardia -, que envolveu e expôs figuras de sua vida pública, que, por muitos anos, figurariam como paradigmas morais e intelectuais da política nacional. São políticos até hoje evocados como exemplares, quase todos forjados na tribuna desta Casa, que tem a tradição de formar estadistas. Dentre muitos outros signatários do Manifesto, estavam Aduauto Lúcio Cardoso, Dario de Almeida Magalhães, Afonso Arinos, Milton Campos, Virgílio de Melo Franco, Artur Bernardes - pai e filho -, Magalhães Pinto, Bilac Pinto, Pedro Aleixo, além de intelectuais da estatura de Pedro Nava e Luís Camilo de Oliveira Neto. O Manifesto dos Mineiros abriu caminho para que outros movimentos da mesma natureza viessem a público. Lá há frase que define o profundo sentido de nacionalidade deste Estado: "Minas não seria fiel a si mesma se abandonasse sua instintiva inclinação para sentir e realizar os interesses fundamentais de toda a Nação". É sob essa inspiração que até hoje os mineiros têm influído sobre a política nacional. A transferência da Capital para Brasília, com a conseqüente interiorização do desenvolvimento e a ampliação da fronteira agrícola nacional, é obra de insigne mineiro Juscelino Kubitschek, responsável pela definitiva opção do País pelo regime de livre iniciativa. É ele o modernizador do nosso capitalismo. Tancredo Neves é o símbolo da Nova República, responsável pelo mais longo período de vigência do Estado Democrático de Direito de toda a nossa história republicana. Em março, celebraram-se os 25 anos de seu trágico e simultaneamente épico desaparecimento, mas sua obra aí está. Em outubro, ocorrerá a sexta eleição presidencial em ambiente de liberdade plena. Quatro partidos ocuparam a Presidência da República, sem que qualquer abalo institucional disso resultasse. Para os mais jovens, pode parecer banal, mas os mais experientes sabem que se trata de conquista importante da sociedade brasileira, conquista obtida sem violência, dentro do espírito de conciliação, que não pode ser confundida com submissão. Os avanços institucionais, que desde então se acumulam e se refletem no desenvolvimento econômico e social, mostram o acerto da opção pela transição pacífica. A liderá-la, a sabedoria, a autoridade moral e a ousadia de Tancredo Neves, que, naqueles dias, personificou não apenas Minas, mas todo o sentimento nacional.

Ao fazer esse retrospecto sucinto, não apenas evoco o passado, mas contextualizo o presente. Não é casual que os dois principais pré-candidatos à Presidência da República tenham iniciado sua jornada eleitoral aqui. Convém lembrar que Minas, terra de estadistas, nos deu sete Presidentes da República: Afonso Pena, Delfim Moreira, Wenceslau Braz, Arthur Bernardes, Juscelino Kubitschek, Tancredo Neves e Itamar Franco. Quando se quer sondar o sentimento do Brasil profundo, Minas é o ponto de partida. Entre tantos ditos mineiros que inspiram a vida pública nacional, colho dois, que resumem os demais: "É conversando que a gente se entende" e "Em briga de político, geralmente perdem os dois". Diz-se também por aqui que mineiro nem briga nem faz as pazes, dito que, sob a aparência de blague, encerra sabedoria: a de que a vida, sobretudo a vida pública, é dialética permanente em que deve prevalecer a busca do equilíbrio, do consenso, cada qual se dispondo a ceder para evitar o conflito e o confronto, em que todos perdem, mesmo os que ganham.

Se o Brasil, hoje, exhibe números robustos em sua economia e estabilidade institucional, é porque soube absorver essas lições. Os ganhos são significativos, estimulantes, mas não autorizam a acomodação. Há desafios consideráveis no horizonte, que exigem, como pressuposto de medidas econômicas sensatas, a busca e a construção de convergências. Em uma palavra: engenharia política. O Brasil saiu-se relativamente bem quanto à crise financeira de 2008. As principais economias mundiais foram abaladas em diferentes escalas. O Brasil defendeu-se bem, mas não saiu ileso, sofreu conseqüências, que se refletem na redução da sua taxa de crescimento. Em decorrência, o País terminou 2009 com queda no PIB de 0,2%.

Felizmente, graças às providências rápidas e sensatas, estamos em processo de recuperação. O PIB brasileiro em 2010 pode vir a registrar taxa de crescimento de 6%, com uma liderança da indústria, que deverá crescer 8% este ano. Considerando a indústria de transformação como um todo, o Brasil poderá voltar ao patamar pré-crise, ainda neste semestre. As expectativas para o ano são positivas. A confiança dos empresários segue em alta.

Não podemos, porém, nos acomodar. Os desafios são proporcionais às conquistas já estabelecidas. Nosso desafio maior é garantir a sustentabilidade da recuperação já obtida. Nosso ajuste priorizou a manutenção do consumo. Os principais instrumentos utilizados nas esferas fiscal, tributária e creditícia mantiveram a demanda do mercado interno. Mas essa opção gerou, por outro lado, efeitos colaterais preocupantes. A taxa de poupança agregada da economia reduziu-se de 18% para 14,6%. A participação do investimento no PIB passou de 18,7%, em 2008, para 16,7%, em 2009.

O desafio está claro. Para sustentar um forte ritmo de crescimento é necessário elevar a taxa de investimento, e isso necessariamente nos remete a um ajuste fiscal, à redução do gasto público. Seja quem for o Presidente da República, terá de se defrontar com essa realidade, com a necessidade de reduzir o custo-Brasil, que se traduz em um conjunto de ineficiências sistêmicas que comprometem o desempenho da economia brasileira. E terá de obter respaldo político para consegui-lo. A palavra-chave, mas uma vez, é "convergência". Acima dos partidos e das ideologias, há o País. Temos condições potenciais de garantir a recuperação da economia brasileira e dar-lhe sustentabilidade cada vez maior. Para isso, no entanto, temos de aumentar o esforço interno de modernização de nossas instituições econômicas e políticas. O quadro político nos tranquiliza. Nenhum dos candidatos à Presidência da República acena com rupturas ou projetos inconseqüentes. Todos reconhecem os ganhos tanto no campo político quanto no econômico e no social, estabelecidos de forma cumulativa desde o advento da Nova República. Esse é um ganho cultural considerável, que estabelece bases firmes de ordem e progresso. Fala-se hoje em avançar, não em mudar, em romper, em negar o que foi feito - estamos afastados desse paradigma. Nesse cenário, sem dúvida é mais fácil planejar a médio e longo prazos, investir, arriscar.

A CNI, por sua natureza de entidade empresarial, privilegia a competitividade, a criação de ambiente propício aos negócios. Nossa agenda é horizontal. Focaliza ações que afetam, de modo uniforme, todos os setores e todos os temas que envolvem o ambiente de negócios: tributação, relações de trabalho, infraestrutura, educação, inovação, meio ambiente, financiamento e segurança jurídica. São temas complexos, que apresentam, em sua evolução, velocidade desigual, sempre inferior às exigências do tempo econômico e ao ritmo dos desafios de competitividade das empresas. A iniciativa privada é sempre mais ágil que o Estado. Daí a prioridade e a urgência da agenda de reformas para os futuros governo e Congresso.

As principais reformas, como a tributária e a trabalhista, dependem de mudanças na Constituição, o que exige três quintos dos votos, em dois turnos de votação, em cada uma das Casas do Legislativo. Não é fácil realizar essas mudanças, mas é viável, desde que haja forte liderança e

determinação política. São ações que exigem grau de mobilização bem mais ao alcance de governo em início de mandato, sob o impulso do calor das urnas e eleitoralmente capitalizado. O futuro Presidente da República não poderá perder tempo.

A CNI, com base nas conclusões do IV Encontro Nacional da Indústria e no Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015, elaborou o documento "A Indústria e o Brasil - uma agenda para crescer mais e melhor", que apresenta a visão do setor industrial sobre o Brasil dos próximos quatro anos e enumera 12 prioridades para que o País cresça em ritmo mais rápido e com sustentabilidade. Essa proposta tem a ambição de imaginar que o Brasil pode dobrar sua renda "per capita" a cada 15 anos. Para isso, o Brasil precisa ter taxa média de crescimento de 5,5%, o que é algo razoável. Para que tenham ideia, nas duas décadas passadas, a renda "per capita" do Brasil crescia a uma taxa de 0,5%. Isso significa dizer que precisaríamos de 137 anos para dobrar a renda do País. Por ocasião do memorável encontro com os candidatos à Presidência da República, que a CNI realizou no último dia 25 e que representa o exercício democrático de diálogo franco e aberto, dissemos, ao final da nossa fala, que o Brasil poderá ter o tamanho das nossas ambições. Vamos, portanto, construir juntos as condições para que o Brasil cresça mais e melhor.

Minas, mais uma vez, será decisiva, pelo que simboliza em termos de equilíbrio e ciência política. A administração dos Governadores Aécio Neves e Antonio Anastasia, a mais bem-avaliada do País, mostrou que é possível interagir com adversários políticos sem prejuízo do interesse público. Estabeleceu convivência exemplar com o governo federal, sem abrir mão de seus postulados partidários, e chega às eleições cortada e reconhecida por aliados e adversários. Essa capacidade de agregar facções distintas em torno de metas comuns será indispensável ao Brasil pós-eleitoral, para que se consolidem as conquistas e novos avanços se estabeleçam.

Em nome da indústria brasileira, agradeço mais uma vez a esta Assembleia Legislativa e ao seu Presidente a outorga da cidadania mineira, distinção que procurarei honrar. Recebo-a como um estímulo para, da tribuna do Parlamento e nos embates da vida empresarial, levar adiante as bandeiras da democracia, da livre iniciativa e, sobretudo, da concórdia e do bom-senso - lições que Minas não se cansa de transmitir ao Brasil. Muito obrigado.

Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir a Banda de Música da 4ª Região Militar, que, sob a regência do Subten. Newton Faria de Souza, apresentará um "pot-pourri" de músicas regionais.

- Procede-se à apresentação musical.

O Sr. Presidente - A Presidência agradece as ilustres presenças e cumprimenta, em nome do povo das Minas Gerais, o ilustre cidadão mineiro Armando de Queiroz Monteiro Neto.

ATA DA 13ª REUNIÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 27/5/2010

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Rômulo Veneroso - Exibição de vídeo - Execução do Hino da Força Expedicionária Brasileira - Entrega de placa - Palavras do Sr. Ricardo Pedrosa - Palavras do Veterano Eduardo Augusto dos Santos - Palavras do Deputado Federal Ciro Pedrosa - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e a Deputada:

Doutor Viana - Maria Tereza Lara - Rômulo Veneroso.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- A Deputada Maria Tereza Lara, 2ª-Secretária "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a comemorar os 65 anos do fim da Segunda Guerra Mundial e homenagear os ex-combatentes mineiros da Força Expedicionária Brasileira - FEB.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Cap. Divaldo Medrado, Diretor da Associação dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira de Belo Horizonte; Cel. Amauri José Rodrigues, Chefe do Estado-Maior da 4ª Região Militar, representando o Sr. Nelson Jobim, Ministro da Defesa; Deputado Federal Ciro Pedrosa; Maj. Guilherme Motinha Nunes, Comandante da Companhia de Comando da 4ª Região Militar, representando o Gen.-Div. Ilídio Gaspar Filho, Comandante da 4ª Região Militar; Brig.-Ar José Magno Resende de Araújo, Chefe de Assessoria Parlamentar, representando o Ten.-Brig. Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica; e Deputado Rômulo Veneroso, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será executado pela Banda da PMMG, sob a regência do 1º-Ten. José Geraldo dos Santos.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Exmo. Sr. Deputado Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Exmos. Srs. Cap. Divaldo Medrado, Diretor da Associação dos Veteranos da FEB de Belo Horizonte; Cel. Amauri José Rodrigues, Chefe do Estado-Maior da 4ª Região Militar, representando o Ministro da Defesa, Nelson Jobim; Deputado Federal Ciro Pedrosa; Maj. Guilherme Motinha Nunes, Comandante da Companhia de Comando da 4ª Região Militar, representando o Gen.-Div. Ilídio Gaspar Filho, Comandante da 4ª Região Militar; Brig.-Ar José Magno Resende de Araújo, Chefe de Assessoria Parlamentar, representando o Ten.-Brig. Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica; demais autoridades presentes, cumprimento aqui minha esposa Marcilene e todos os funcionários desta Casa que tão bem nos acolheram nesta noite e prepararam este grande momento para todos nós.

Tive a oportunidade de visitar o Museu da FEB em Belo Horizonte, há poucos dias. Lá, na entrada, uma frase escrita chamou-me a atenção para este grande momento: "Conspira contra sua própria grandeza o povo que não cultua seus feitos heroicos". É por isso que, neste momento, agradecemos a Deus e ao povo mineiro a oportunidade de estarmos aqui prestando esta homenagem.

No dia 8 de maio, comemoramos 65 anos do término da Segunda Guerra Mundial. Comemoramos a vitória da democracia sobre o nazismo e o fascismo, regimes totalitários responsáveis pelo extermínio de milhões de inocentes seres humanos. E o Brasil, seguindo sua vocação democrática e humanitária, esteve lá, nos campos de batalha, contribuindo com eficiência, determinação e, sobretudo, com êxito nas responsabilidades assumidas.

É sobre esta extraordinária Força Expedicionária Brasileira - FEB - que me incumbe falar nesta tribuna para expressar a profunda gratidão do povo brasileiro. Tenho convicção de que precisamos reiterar o valor histórico da FEB, fundamental que foi na defesa dos ideais democráticos e libertários das nações aliadas contra o totalitarismo dos países do Eixo.

É mister resgatar a imensa dívida que temos para com os bravos soldados brasileiros, vários aqui presentes nesta solenidade, para os quais peço uma salva de palmas. Eles embarcaram para as frentes de combate arriscando suas vidas, mas tendo como ideal a construção de um mundo melhor.

Até 1942, o Brasil se manteve fora do cenário da guerra, dentro de seus ideais pacíficos. No entanto, o verdadeiro genocídio praticado pela tirania de Hitler e Mussolini, além do afundamento de navios mercantes brasileiros por navios alemães e da grande comoção popular, levaram nosso governo a criar a Força Expedicionária Brasileira, em 1943, com a finalidade de defender o País e contribuir para a garantia da permanência dos ideais democráticos, fortemente ameaçados naquele instante, no mundo.

Sendo assim, 25 mil brasileiros embarcaram, em meados de 1944, para as frentes de combate italianas, arriscando suas vidas, enfrentando situações as mais adversas e embrenhando-se numa luta insana de quase um ano, tendo tombado 481 dos nossos. A bravura, o esforço e o destemor dos nossos pracinhas não foram em vão, pois logo vieram as vitórias: ocupação de Massarosa, tomada de Camaione, queda de Monte Prano, que prenunciavam a derrota do adversário. Início de 1945, e nossas tropas participaram de modo decisivo da conquista de Monte Castelo, Castelnuovo e Montese, para, logo em seguida, participar também da capitulação do último corpo do exército inimigo no território italiano.

Junto com as demais forças aliadas, os soldados brasileiros comemoraram, no dia 8/5/45, a rendição da Alemanha, que seria seguida pelas demais nações do Eixo até agosto daquele ano. No mundo, ficaram fortalecidos os preceitos de liberdade e de democracia, e, no Brasil, caiu por terra o Estado Novo de Getúlio Vargas, com o seu regime militar.

Os tempos se foram, e, até hoje, temos muito a lamentar por não termos valorizado internamente, reconhecido e dado a justa dimensão ao sacrifício passado por nossos heróis nos campos de batalha. Temos de enaltecer e agradecer a esses febianos e familiares por tudo que fizeram por nós; exaltar a memória dos que tombaram nos campos de batalha e dos que ali estiveram, mas já partiram para outras plagas, e nos manifestar pesarosos por aqueles que não puderam estar aqui presentes nesta sessão solene da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Nestas merecidas homenagens aos nossos heróis, é importante agradecer também e incentivar aqueles que querem recontar e valorizar a participação do Brasil na Segunda Guerra, seja por meio de palestras proferidas a nossa juventude; de homenagens, como a que aconteceu no Congresso Nacional no último dia 15 de março, feita pelo nosso Deputado Ciro Pedrosa; ou por meio de lançamentos de livros alusivos ao acontecimento, podendo citar os lançamentos recentes "A Minha Segunda Guerra", de João Barone; "Nos Bastidores da Força Expedicionária Brasileira", do Capitão Divaldo Medrado, que nos honra muito com sua presença - ele foi gravemente ferido em combate no dia 12/12/44, em Monte Castelo, quando comandava seu grupo de combate -; assim como também o "Diário da Segunda Guerra", relatos do ex-combatente Jésus Ramos, já no prelo.

Procurando recontar a verdadeira história da participação do Brasil no conflito mundial, querem fazer justiça aos expedicionários e permitir às próximas gerações que conheçam e se orgulhem desses 25 mil brasileiros, aqui tão bem representados. Uma iniciativa que também merece destaque é a instalação da Frente Parlamentar Mista da Revalorização Histórica da FEB na Câmara Federal, em dezembro de 2009, por iniciativa do Deputado Federal Ciro Pedrosa, com assinaturas de 199 Deputados Federais e 33 senadores, com o objetivo de restabelecer a verdade e resgatar, pelo menos em parte, a imensa dívida que temos para com os pracinhas e suas famílias.

Nossos agradecimentos a todos que contribuíram para que este evento acontecesse: ao Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente desta Casa; ao Deputado Doutor Viana, Vice-Presidente da Mesa, que conduziu os trabalhos desta noite; aos demais colegas Deputados, pelo apoio, bem como a toda a equipe da Assembleia Legislativa; à nossa equipe de trabalho; ao Ricardo Pedrosa, nosso incentivador e admirador entusiasta, neto do ex-combatente Cabo Escrevente Jésus Ramos e herdeiro de seus escritos; ao Marcos Renault, pesquisador e colecionador de objetos da Segunda Guerra Mundial, grande defensor da causa, pessoa excepcional que tive a honra de conhecer, filho do ex-combatente João Lavor dos Reis, que também nos honra com a sua presença. Agradecemos também aos dignos representantes das Forças Armadas, ao Exército, à Polícia Militar, que nos presenteou com a belíssima apresentação da sua banda musical sob o comando do Ten. Santos; à Polícia Civil; aos alunos das escolas Frei Orlando e Pitágoras, de Belo Horizonte, e demais autoridades presentes.

Temos a convicção de que esta página da nossa história precisa ser recontada e disseminada no meio da nossa juventude, imitando nossos irmãos europeus, que valorizam até hoje seus heróis da Segunda Guerra Mundial. Se hoje temos uma democracia forte e estável, devemos ser gratos àqueles que bravamente lutaram por ela há 65 anos.

Encerro cumprimentando e agradecendo do fundo da minha alma aos expedicionários aqui presentes, aos ausentes, aos que já se foram e aos que tombaram em prol do nosso povo e da humanidade. Parabéns a todos e muito obrigado.

Exibição de Vídeo

O locutor - Convidamos os presentes a assistir a um vídeo institucional.

- Procede-se à exibição do vídeo.

Execução do Hino da Força Expedicionária Brasileira

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir a "Canção do Expedicionário", hino da FEB, que será interpretado pelo Veterano Rafael Inácio Brás, acompanhado pela Banda da Polícia Militar, sob a regência do 1º-Ten. José Geraldo dos Santos.

- Procede-se à execução do Hino da Força Expedicionária Brasileira.

Entrega de Placa

O locutor - Neste instante, o Deputado Doutor Viana, representando o Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente da Assembleia Legislativa, fará a entrega ao veterano Cap. Divaldo Medrado, Diretor da Associação dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira de Belo Horizonte, de placa alusiva a esta homenagem. A placa contém os seguintes dizeres: "Em defesa da paz e em prol do bem-estar e da segurança da humanidade é que os destemidos combatentes da Força Expedicionária Brasileira - FEB - envidaram seus esforços, com sacrifícios que culminaram na gloriosa vitória dos Aliados no embate contra o nazifascismo. A Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em comemoração aos 65 anos do término da Segunda Guerra Mundial, presta reverência e externa sua gratidão aos ex-combatentes mineiros da FEB, pelos meritosos serviços prestados à Pátria".

O Sr. Presidente - A Presidência convida, para também proceder à entrega da placa, o Deputado Rômulo Veneroso, autor do requerimento que suscitou esta reunião tão especial nesta noite, na Assembleia Legislativa.

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Ricardo Pedrosa

Sr. Presidente, senhoras e senhores Deputados, autoridades civis e militares, senhores ex-combatentes, professores e alunos da escola Frei Orlando, em homenagem ao febiano Frei Orlando, há 65 anos, terminava a maior guerra já produzida pelo homem, em países envolvidos, em armamentos utilizados, em soldados envolvidos, em sofrimento e em mortes.

Há mais de 65 anos, a pátria mãe chamou seus jovens filhos de várias partes do País para lutarem em favor da liberdade. Vários filhos de Minas deixaram seus lares, suas vidas, seus pais e seguiram o chamado, unindo-se à recém-formada Força Expedicionária Brasileira.

A FEB, na sua maioria, era formada por jovens civis com a idade média de vinte e poucos anos, brasileiros, militares, lavradores, pedreiros, comerciantes, estudantes, médicos, contadores, escriturários, advogados e tantos outros. Pelo sangue derramado de nossos compatriotas no litoral brasileiro, fruto do braço covarde dos governos nazista e fascista, nossos novatos soldados da FEB se transformariam em verdadeiros guerreiros em busca de justiça.

Um total de 20.334 soldados foi lutar em solo italiano. Ali sofreram com o horror da guerra, "um inferno na terra", o bombardeio dos aviões nazistas, a forte artilharia do inimigo preparado e bem experiente no conflito, o frio, o medo, a saudade de seus entes queridos, a miséria que os assolava. Nossos queridos soldados combateram, mataram, foram feridos, morreram. Sofremos, mas vencemos as batalhas das quais nos incumbiram.

Nossos soldados voltaram ao Brasil, foram recebidos nos braços do povo, brasileiros que também apoiaram essa odisseia em solo italiano. Fomos festejados, mas, com o passar do tempo, as gerações cada vez menos sabem dessa história cheia de coragem e de patriotismo.

Hoje, esses senhores, com média de idade de 90 anos - creio que no Brasil talvez restem 3 mil ex-combatentes vivos -, continuam a lutar bravamente para que essa história não seja esquecida.

Eu, Ricardo Wilson Ramos Pedrosa, em nome da minha família, em memória de meu avô, ex-combatente Jésus Ramos, em memória dos que morreram em combate e daqueles que faleceram depois, em nome do grupo histórico FEB, senhores membros da Força Expedicionária Brasileira, pelo seu ato espontâneo de bravura, dispostos a lutar e, se fosse preciso, morrer em resposta da crueldade dos exércitos de Hitler, faço a releitura dos gritos dos brasileiros de gerações passadas, que choraram com sua ida, sofreram por aqueles que tombaram e festejaram sua volta. Bravos soldados da Força Expedicionária Brasileira, como tantos outros grandes brasileiros, vocês também são heróis nacionais. Muito obrigado.

Palavras do Veterano Eduardo Augusto dos Santos

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais; Medrado, colega Presidente da Associação e demais autoridades civis e militares; comemoração dos 65 anos do final da Grande Guerra Mundial: sinto-me inteiramente honrado de ter participado da grandiosa FEB, que conquistou brilhantes vitórias em solo europeu. Agradeço à divina Força Suprema ter voltado com vida para minha família, depois de servir à minha pátria com dignidade. Também não posso esquecer os companheiros que lá ficaram. E que Deus abençoe a todos nós.

Palavras do Deputado Federal Ciro Pedrosa

Exmo. Sr. Deputado Doutor Viana, Presidente desta Assembleia; Exmo. Sr. Deputado Rômulo Veneroso, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem; Exmo. Sr. Cap. Divaldo Medrado, Diretor da Associação dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira de Belo Horizonte; Exmo. Sr. Cel. Amauri José Rodrigues, Chefe do Estado-Maior da 4ª Região Militar, representante do Ministro da Defesa, Nelson Jobim; Exmo. Sr. Maj. Guilherme Motinha Nunes, Comandante da Companhia de Comando da 4ª Região Militar, representando o Gen.-Div. Ilídio Gaspar Filho, Comandante da 4ª Região Militar; Exmo. Sr. Brig.-Ar José Magno Resende de Araújo, Chefe de Assessoria Parlamentar, representando o Comandante da Aeronáutica, Ten.-Brig. Juniti Saito, de quem tenho o orgulho de ser amigo; representantes da Associação dos Reservistas do Exército Brasileiro, oficiais do Exército presentes, representantes da Polícia Militar, senhoras e senhores, um cumprimento especial aos homenageados de hoje, razão pela qual estamos aqui, os nossos heróis brasileiros, os nossos expedicionários.

Quero também dedicar um cumprimento especial à enfermeira Carlota, representando aqui as 73 enfermeiras brasileiras da Segunda Guerra Mundial, que tanto nos orgulharam.

Tenho grande satisfação de formar, na Câmara dos Deputados, a Frente Parlamentar de Revalorização da FEB. Temos nessa Casa Deputados e

Senadores com os quais podemos contar para que essa história não seja esquecida. Sei que o tempo passou. Estamos hoje comemorando 65 anos, o que não é pouco. Demorou muito para que fosse reconhecido o feito dos nossos expedicionários. Na verdade, só foi reconhecido após a Constituição de 1988. Mas nunca é tarde. Tenho conversado com muitos ex-combatentes aqui presentes e com outros brasileiros e percebemos que não estão preocupados com o reconhecimento financeiro e material. Eles querem, sim, ser lembrados por todo o sacrifício que fizeram. Os discursos feitos anteriormente relataram a participação desses homens.

O filme do João Barone e do Grupo Histórico FEB, que hoje é, sem dúvida, a frente mais importante dessa revalorização, quer recontar a história. Cumprimento o Grupo Histórico FEB, composto de brasileiros e italianos. Na Itália também há muitos italianos que se dedicaram intensamente e sentem grande orgulho em fazer parte desse grupo. Na pessoa do Marcos Renault, cumprimento os membros do grupo aqui presente e de todo o Brasil.

Depois desses pronunciamentos, não tenho muito mais a falar sobre o que se passou na história, porque os discursos anteriores mencionaram a nossa participação, mesmo que de forma sucinta. Quero relatar que o nosso objetivo é revalorizar e valorizar o que vocês fizeram pelo nosso país e pela humanidade. Na Europa e nos Estados Unidos, o povo cultua, admira e preserva os valores, mesmo que tardiamente. Queremos, sim, manter viva essa história e poder contar para as futuras gerações o que vocês fizeram. Tive o prazer e a honra de estar na Itália, nos Apeninos, onde vocês combateram, exatamente no momento em que comemoravam os 65 anos de sua libertação. É por isso que eles chamam os brasileiros de libertadores.

Naquelas oito cidades onde o Brasil combateu há um feriado dedicado à FEB. Lá os italianos, com uma gratidão imensa, comemoram todos os anos esse feito e demonstram toda a gratidão pelo que os brasileiros fizeram. Na oportunidade, estive lá, acompanhado do Ministro Nelson Jobim, do Comandante da Aeronáutica Juniti Saito, do Comandante do Exército Enzo Peres e de outros oficiais das Forças Armadas brasileiras, pessoas preparadas para situações difíceis. Eles são mais duros que nós, mas, por várias vezes, os vi chorando, enxugando as lágrimas de emoção nessa solenidade pela forma com que os italianos se manifestavam junto a nós: com toda a reverência, com toda a gratidão. Era uma coisa realmente emocionante. O Marcos Renault, aqui presente, que também nos acompanhou, me relatou isso por várias vezes, pois já esteve lá em outras ocasiões. Eu imaginava como era, e o que ele conseguiu transmitir a mim, ainda que com emoção, não foi nada perto do que vi. Lá eles cultuam e adoram os brasileiros não somente pelo que fizeram - e fizeram muito bem feito: venceram batalhas, detiveram o inimigo. Ainda assim, às vezes isso é mal contado aqui. Para mim, que sou engenheiro, fica muito fácil ver e sentir o que foi feito, porque os números não mentem.

Há outros números que pude observar, mas aqui a hora já vai longe e não quero tomar muito mais tempo dos senhores. No Cemitério de Pistóia há cerca de 470 brasileiros enterrados. Lá perto há também um cemitério onde há nada mais, nada menos do que 35 mil alemães enterrados - e há quem fale que o Brasil teve uma participação pífia no confronto. Em cartas enviadas pelo Comandante do 5º Exército Americano ao nosso Comandante, o Gen. Mascarenhas, há elogios falando da importância decisiva da participação do Brasil naquele conflito. O Brasil conseguiu um feito histórico. Muito pouca gente sabe disso. É preciso contar essa história, e por isso queremos colocá-la como matéria escolar do 2º grau, para que sejam dados nomes e para que a verdade seja contada.

Nosso grupo, esses homens que estão aqui, representando tantos outros que lá morreram, que tombaram defendendo nossa pátria, a democracia, e os que não estão aqui prenderam, sem derramar uma gota de sangue, 14.700 alemães, fato que ficou registrado no Exército americano como um feito fantástico do Exército Brasileiro. Usando a inteligência e apoiando-se naquela artilharia temida pelos alemães, o Exército Brasileiro fez com que o Gen. Otto Pico rendesse uma divisão inteira, com mais de 14 mil alemães bem-nutridos, equipados e dotados de munições, para combater com tranquilidade a nossa Força Expedicionária. Mas temeram a inteligência, e a astúcia do Exército Brasileiro com a FEB foi maior.

Na Itália, ouvi também - o que foi mais importante para mim - relatos da generosidade dos Soldados brasileiros, que salvaram inúmeras vidas de civis, dividindo sua própria ração com os italianos. Isso, por muitas vezes, foi mencionado por Prefeitos, que falaram de pessoas do passado que foram beneficiadas e salvas por essa generosidade e por esse calor humano dos brasileiros.

Hoje, vemos por aí que isso não mudou, o que é um orgulho muito grande que temos como brasileiros. Estamos vendo a participação do Brasil no Haiti, no Peru e no Timor Leste. Somos um povo generoso e aguerrido quando chamado. Por isso, o Deputado Rômulo e a Assembleia estão de parabéns ao homenagear os nossos heróis, que tanto o merecem e que abriram tantas portas para o Brasil.

Poderia ficar falando desse tema por muito tempo, de tanta coisa bonita que vi em favor dos nossos expedicionários. Quero agradecer-lhes, de coração, mais uma vez, e firmar o compromisso de levar adiante essa história real vivida por vocês, que deve ser contada por todos nós, brasileiros. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Muito enriqueceu a todos nós essa mensagem de presença e de vida do nosso fraterno companheiro Deputado Federal Ciro Pedrosa.

Palavras do Sr. Presidente

Cumprimento os Exmos. Srs. Cap. Divaldo Medrado, Diretor da Associação dos Veteranos da FEB de Belo Horizonte, aqui ao meu lado, na pessoa de quem cumprimento todos os ex-combatentes da FEB na Segunda Guerra Mundial; Cel. Amauri José Rodrigues, Chefe do Estado-Maior da 4ª Região Militar, representando o ilustre Ministro da Defesa, Néelson Jobim, - honra-nos muito a sua presença nesta nossa reunião festiva de hoje; Deputado Federal Ciro Pedrosa, irmão do Deputado autor do requerimento, aqui representando muito bem a Câmara Federal; Maj. Guilherme Motinha Nunes, Comandante da Companhia de Comando da 4ª Região Militar, representando o Gen. Div. Ilídio Gaspar Filho - também nos engrandece muito a sua presença na nossa reunião; Brig. Ar José Magno Resende de Araújo, Chefe de Assessoria Parlamentar, representando o Ten. Brig. Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica; e Deputado Rômulo Veneroso, amigo e companheiro eficiente desta Casa, o qual teve a lúcida, a brilhante ideia, esse momento de inspiração, diria, que resgata com justiça a nossa homenagem nesta Assembleia Legislativa aos ex-combatentes da Segunda Guerra. Parabéns! Cumprimento-o por seu requerimento, que foi apoiado por unanimidade na Casa: todos os Deputados, sem exceção, apoiaram o justo requerimento que originou esta reunião, autorizada pelo Presidente Deputado Alberto Pinto Coelho, que aqui represento. Por fim, não poderia deixar de cumprimentar a mulher mineira, na pessoa de duas mulheres presentes: a Marcilene, esposa do Deputado Rômulo Veneroso, e a D. Cândida, que está presente vestida com o uniforme da FEB. A vocês, que representam a mulher mineira, os nossos cumprimentos, que estendo às demais presentes e às que nos estão acompanhando pela TV Assembleia.

Cumprimento os componentes da Banda da PMMG, sob a regência do 1º-Ten. José Geraldo dos Santos, que nos brindaram com sua participação; os dois veteranos que aqui se manifestaram, um com sua vibração e outro com seu discurso, mostrando a garra do combatente brasileiro, do Soldado brasileiro que orgulhou e orgulha a todos nós; os alunos da Escola Frei Orlando aqui presentes, crianças e jovens. É muito bom ter a presença de vocês. Levem o que estão vendo hoje, esta manifestação de patriotismo, essa vibração aqui demonstrada ao cantar o hino, a "Canção dos Expedicionários", e a garra com que vibrou o veterano Rafael Inácio ao dizer: "Nossa vitória final". É esse sentimento de patriotismo que tem de persistir no coração do brasileiro. Cumprimento todos os componentes do nosso Exército Brasileiro que se fazem presentes nas galerias superiores, presença que muito nos alegra; os militares e civis aqui presentes; os funcionários da Casa; a nossa TV Assembleia, que transmite para mais de 300 lares do nosso Estado; os senhores e senhoras que nos acompanham.

A rendição dos alemães e o suicídio de seu ditador, Adolf Hitler, puseram fim, há 65 anos, à Segunda Guerra Mundial. Ao juntar-se a esta comemoração, celebrada em todo o mundo, a Assembleia mineira homenageia especialmente os ex-combatentes mineiros que integraram a FEB. As gerações mais jovens não conseguem imaginar como o Brasil foi afetado por aquela guerra. Neutros no início, fomos pressionados para que forças americanas usassem nossos portos e instalações aeronáuticas rumo à África e ao Oriente, já transformados em arenas de combate. Como nosso território, mesmo antes da formalização de nossa ajuda aos aliados, já servia de rota aérea para os americanos, os alemães passaram a bombardear navios mercantes brasileiros sob o argumento de que fornecíamos material estratégico ao inimigo. A população brasileira, indignada, foi para as ruas exigir uma posição, ou melhor ainda, uma declaração de guerra ao eixo. Foi, portanto, um maciço clamor popular que levou à entrada do Exército Brasileiro na guerra.

Assim, 25 mil brasileiros, incluindo um grupo de enfermeiras, desembarcaram em Nápoles. Desses, 1.500 retornariam feridos, ao passo que 450 heróis morreriam em combate. Entre nossos expedicionários, uma parte considerável incluía voluntários movidos pelo idealismo e pela coragem. Lutando contra o Exército alemão, com o inimigo instalado em fortificações no cume das montanhas, nossos Soldados, numa posição taticamente pior, desenvolveram técnicas de patrulha e de emboscada, vencendo perigosas batalhas, além de enfrentar um inverno de até 20º negativos. Lutaram lado a lado de divisões americanas bem mais treinadas e as substituíram na linha de frente, com grande bravura e destemor. A tomada de Monte Castelo se deu exclusivamente com tropa e comando brasileiros. A tomada de Montese e a capitulação da 148ª Divisão da Infantaria alemã também foram efetuadas por nossos valorosos expedicionários. Entre os remanescentes desse valioso contingente, enalteçemos a ação de nossos cidadãos, entre os quais o Cap. Divaldo Medrado e os Srs. Ricardo Pedrosa e Idalino Chaves da Costa, pelos relevantes serviços prestados à liberdade e à democracia. Aos sobreviventes e a todos os seus companheiros de armas que se foram, tanto na guerra quanto nos anos posteriores, prestamos os nossos respeitos e expressamos a nossa eterna gratidão, por terem mostrado ao mundo a força e a honra das forças armadas brasileiras. Parabéns aos ex-combatentes da FEB, principalmente aos bravos mineiros. Nós todos nos orgulhamos de vocês. Vocês são verdadeiramente nossos grandes heróis. Muito obrigado!

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as especiais de segunda-feira, dia 31, às 14 e às 20 horas, nos termos dos editais de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 31ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 26/5/2010

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Atas - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Prosseguimento da votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.412/2010; chamada para recomposição de quórum; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.057/2009; discurso do Deputado Lafayette de Andrada; encerramento da discussão - Inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Sargento Rodrigues - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Agostinho Patrus Filho - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Pimenta - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo Valério - Doutor Ronaldo - Duarte Bechir - Eros Biondini - Fábio Avelar - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Marcus Pestana - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 20h8min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura das atas das reuniões anteriores.

1ª Parte

Atas

- O Deputado Carlin Moura, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura das atas das duas reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Prosseguimento da votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.412/2010, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito especial em favor do Fundo de Assistência ao Pecúlio dos Servidores do Estado de Minas Gerais - Funapec. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. A Presidência vai renovar a votação do projeto. A Presidência, nos termos do § 6º do art. 249 do Regimento Interno, solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado João Leite) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 24 Deputados que, somados aos 3 Deputados em comissões, perfazem o total de 27

parlamentares. Portanto, não há quórum para votação, mas há para a continuação dos trabalhos. Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.057/2009, do Deputado Gil Pereira, que altera a Lei nº 17.353, de 17/1/2008, que dispõe sobre a alteração do uso do solo nas áreas de ocorrência de mata seca. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o Deputado Lafayette de Andrada.

O Deputado Lafayette de Andrada* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhores telespectadores da TV Assembleia, sobre a mesa, o projeto do Deputado Gil Pereira que altera a Lei nº 17.353, de 17/1/2008, que dispõe sobre a alteração do uso do solo nas áreas de ocorrência de mata seca. Passo a ler o texto do projeto, Sr. Presidente, para que os Srs. Deputados e aqueles que me acompanham tenham clareza de seu teor. Ele é relativamente pequeno e, com sua leitura, todos estarão mais inteirados do que efetivamente trata. (- Lê:)

"Art. 1º - O art. 1º e seus §§ 1º e 2º da Lei nº 17.353, de 17/1/2008, que dispõe sobre a alteração do uso do solo nas áreas de ocorrência de mata seca, passa a vigorar com a seguinte redação: 'Art. 1º - A conservação, a proteção e a utilização da mata seca, denominação conferida ao complexo decidual vegetalacional mineiro, observarão ao disposto nesta lei e, supletivamente, à legislação ambiental vigente, em especial a Lei nº 14.309, de 19/6/2002. § 1º - Para os efeitos desta lei, considera-se mata seca ou complexo decidual da mata seca um ecossistema específico e peculiar do Estado de Minas Gerais que compreende formações vegetais típicas que variam de caatinga hiperxerófila, caatinga arbórea, floresta estacional decidual e semidecidual acaatingadas, veredas até vegetação ruderal de calcário, com qualidade ambiental distinta e flora típica acaatingada. § 2º - As delimitações das áreas abrangidas por esta lei serão estabelecidas por órgão competente do Estado, na forma da lei'".

Na justificção, o eminente Deputado Gil Pereira, autor do projeto, assim se manifestou: (- Lê:)

"A caracterização da mata seca e o uso dos solos a ela associados vêm sendo motivos de polêmica no Estado por longo período. As populações que habitam essas áreas, em especial os produtores rurais, têm sido submetidas à total insegurança jurídica e a interpretações arbitrárias dos diversos diplomas legais que se sucedem na regulamentação do uso do solo na região Norte mineira. A mata seca mineira possui características bastante nítidas. Observado pelo prisma da ocorrência de espécies vegetais típicas, esse ecossistema poderia ser associado ao bioma do cerrado ou mesmo ao da mata atlântica. Devemos, porém, considerar que, além da composição vegetal dessas formações, impõem-se características regionais marcantes, como o regime de chuvas e a composição diferenciada dos solos, o que o distancia dos dois biomas citados - ou seja, da mata atlântica e do cerrado - e o aproxima marcadamente ao bioma da caatinga. Por meio dessa proposição, além de sugerir nova tipificação para a mata seca mineira, ressaltando sua identidade com a caatinga e definindo parâmetro legal específico para a atuação dos órgãos ambientais mineiros, exercitamos a competência legislativa concorrente do Estado em relação às normas de meio ambiente. É com esse entendimento e simultaneamente buscando garantir um mínimo de tranquilidade para que os produtores rurais dessa parcela do Norte de Minas possam trabalhar e gerar riquezas para nosso Estado que apresentamos este projeto de lei. Consideramos também o necessário respeito à preservação do meio ambiente, que sabemos ser mais frágil nessas áreas. Por essas razões, aguardo dos meus nobres pares a aprovação desta proposição". São as palavras do Deputado Gil Pereira.

O Deputado Arlen Santiago (em aparte)* - Deputado Lafayette de Andrada, o senhor é um dos mais eminentes Deputados do Brasil. Nós o respeitamos muito. V. Exa. sabe, até por ter nascido na região de Barbacena e por ser de família que vem fazendo muito pelo nosso país há muitos e muitos anos, das dificuldades do Norte de Minas e das dificuldades e da vontade do ex-Governador Aécio e do Governador Antonio Anastasia em dotar aquela região do Estado de melhor condição de infraestrutura, que é o que está sendo feito. Até estivemos na cidade de Patís, onde várias obras foram inauguradas pelo Governador Antonio Anastasia, com a presença de mais de 60 Prefeitos, de mais de 23 ex-Prefeitos, de mais de uma centena de Vereadores. A grande ansiedade do Norte de Minas era a possibilidade da aprovação, a mais urgente possível, desse projeto para que a região contribua com o meio ambiente e também faça com que as pessoas produzam e não precisem ir para o Sul do Estado, para as lavouras de café, deixando viúvas vivas. Estamos vendo esforço de toda a Assembleia Legislativa para encontrar uma solução para a preservação do bioma caatinga, que é mais frágil, e também para dar àquelas pessoas trabalho e dignidade. De maneira que, depois que o senhor leu o projeto, realmente conseguimos entender bastante. Tenho certeza de que esse projeto foi exaustivamente debatido nas comissões das quais o senhor faz parte, e muito brilhantemente.

Em nome dos mineiros da área mais pobre, queria pedir-lhe para, se por acaso houver algum outro motivo para a discussão, o senhor, que tem sido grande colega nesta Casa, faça um favor para nós, daquela região, a qual o senhor também representa, de encerrar a discussão desse projeto o mais rápido possível. Assim, na declaração de voto, continuaríamos tratando do assunto. Temos projetos importantes, como o da mata seca e o da criação do fundo de habitação de Minas Gerais, cujos prazos são extremamente exigüos. Portanto peço a todos os colegas, especialmente ao senhor, que sempre recebe muito bem todos os pares desta Casa e tem sido, para nós, exemplo de parlamentar que sabe legislar, debater, obstruir, enfim, sabe usar todos os instrumentos do Regimento Interno, para encerrarmos, se possível, esta discussão e presentearmos a população de quase metade do Estado de Minas Gerais. Obrigado.

O Deputado Lafayette de Andrada* - Agradeço as palavras do eminente Deputado Arlen Santiago, bravo lutador pelas questões do Estado, sobretudo do Norte de Minas. Vejo aqui o grande interesse dos Deputados dessa região: Paulo Guedes, Gil Pereira, autor do projeto, Ana Maria Resende e Arlen Santiago. Enfim, vejo aqui o esforço de todos eles pela aprovação desse projeto, por isso subi a esta tribuna. A aprovação desse projeto é muito importante para o Estado.

O Deputado Paulo Guedes (em aparte)* - Sr. Presidente Deputado Doutor Viana, Deputado Lafayette de Andrada e Deputado Gil Pereira, autor do projeto de lei, registro aqui nossa posição: estamos encaminhando favoravelmente a esse projeto. Conversamos com a nossa Bancada, do PT, com o Bloco de Oposição PT-PMDB-PCdoB, a fim de conseguirmos aprovar esse projeto, que está com pedido de urgência, o mais rápido possível. Deputado Doutor Viana, sabemos da importância de se ter legislação específica sobre a mata seca no Norte de Minas. Aliás, vimos discutindo uma série de denúncias trazidas a esta Casa nos últimos três anos, em função da indústria da multa, liderada pelo IEF, que se implantou na região. Na verdade, são multas abusivas. Eles sempre alegam a existência de decreto federal, de legislação. Em 2008, aprovamos aqui a Lei nº 17.353, que também não foi cumprida pelo IEF. Agora temos a palavra do governo, bem como do Procurador do Estado, que esteve conosco em audiência pública realizada na Comissão de Política Agropecuária e reconheceu a constitucionalidade do projeto do Deputado Gil Pereira. Portanto temos a garantia dos Procuradores do Estado de que o projeto é constitucional e de que o governo do Estado, a Secretaria de Meio Ambiente e demais órgãos ambientais vão cumpri-lo na íntegra. Logo, acreditamos que isso realmente será cumprido pelo governo e pelos órgãos ambientais, pondo fim à angústia existente hoje no Norte de Minas, no que se refere à produção de alimentos. Além disso ressalto que estão parados os assentamentos de reforma agrária, o Projeto Jaíba, enfim, todos os investimentos que dependem dessa legislação apropriada. No ano passado, fizemos discussão intensa nesta Casa, chegamos até a protocolar pedido de CPI para investigar os abusos cometidos pelo IEF naquela região. Esperamos que, com essa legislação, os produtores do Norte de Minas tenham, definitivamente, paz para investir lá, sem perdermos os empregos existentes na região. Aliás, a expectativa da sociedade rural de Montes Claros é que, se não houver legislação específica, perderemos mais de 200 mil postos de trabalho. Quero parabenizar o Deputado Gil Pereira, que conduziu essa questão junto ao governo, com o apoio da bancada do Norte, com o nosso apoio. Certamente o projeto será aprovado. Assim, poderemos dar uma notícia boa para o Norte de Minas, que tanto necessita. Agradeço o aparte ao Deputado Lafayette de Andrada.

O Deputado Lafayette de Andrada* - Agradeço as palavras do eminente Deputado Paulo Guedes, grande lutador pelas causas do Norte de Minas, especificamente nesse caso da mata seca, juntamente aos demais Deputados do Norte, como a Deputada Ana Maria Resende e os Deputados Gil Pereira e Arlen Santiago. Eles lutam para resolver essa questão tão grave naquela região. Sr. Presidente, encerro minhas palavras orientando a nossa bancada para a aprovação da matéria, por entender que ela é de grande relevância para o Estado de Minas Gerais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência encerra, nos termos do art. 244 do Regimento Interno, a discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.449/2009, uma vez que permaneceu em ordem do dia por seis reuniões.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as especiais de amanhã, dia 27, às 9 e às 20 horas, nos termos dos editais de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 1ª REUNIÃO Conjunta das Comissões de Direitos Humanos e de Segurança Pública NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 21/2/2008

Às 9h36min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Luiz Tadeu Leite, João Leite e Ruy Muniz, membros da Comissão de Direitos Humanos; Sargento Rodrigues, Luiz Tadeu Leite, Carlos Pimenta e Ruy Muniz (substituindo o Deputado Leonardo Moreira, por indicação da Liderança do DEM), membros da Comissão de Segurança Pública. Está presente, também, o Deputado Almir Paraca. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Luiz Tadeu Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado João Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir, em audiência pública, questões relativas às empresas clandestinas de segurança no Estado; e comunica o recebimento de ofícios do Cel. PM Cezar Romero Machado Santos, Corregedor da PMMG (2), publicados no "Diário do Legislativo" em 7/9/2007 e 19/1/2008. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir o Ten. Cel. PM Robson Campos, Chefe da Seção de Emprego Operacional do Estado-Maior da PMMG, representando o Cel. PM Hélio dos Santos Júnior, Comandante-Geral da PMMG; os Srs. Rogério Evangelista, Delegado de Polícia e Diretor de Análises Criminais da Polícia Civil, representando o Sr. Marco Antônio Monteiro de Castro, Chefe da Polícia Civil; Rodrigo Figueira de Oliveira, Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e de Apoio Comunitário - CAO-DH -; Marcílio Márcio Chaves, titular da Delegacia de Controle de Segurança Privada, da Superintendência Regional da Polícia Federal, representando a Sra. Fátima Zulmira Rodrigues Bassalo, Delegada de Polícia Federal e Chefe do Departamento de Controle de Segurança Privada, da mesma Superintendência; Edilson Silva Pereira e Antônio Carlos Sobrinho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente do Sindicato dos Empregados de Empresas de Segurança e Vigilância do Estado de Minas Gerais, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Durval Ângelo, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Este Deputado se ausenta da reunião para participar de outras atividades da Comissão de Direitos Humanos. Logo após, a Presidência passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros das Comissões para a próxima reunião, conforme edital a ser publicado, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de maio de 2010.

João Leite, Presidente - Durval Ângelo - Dalmo Ribeiro Silva - Agostinho Patrus Filho - Maria Tereza Lara - Rômulo Veneroso - Antônio Carlos Arantes.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 42ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 1º/6/2010

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

Interrupção dos trabalhos ordinários para a realização do ciclo de debates "Legislação eleitoral e eleições 2010".

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Regimental

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do Dia da 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9h30min do dia 1º/6/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 4.549/2010, dos Deputados João Leite e Ivair Nogueira.

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 60/2010, do Governador do Estado; Projetos de Lei nºs 4.256 e 4.413/2010, do Governador do Estado; 989/2007, do Deputado Braulio Braz; 3.180/2009, do Deputado Vanderlei Jangrossi; 3.784 e 3.786/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.986/2009 e 4.153/2010, do Deputado Arlen Santiago; 4.230/2010, do Deputado Eros Biondini; 4.247/2010, do Deputado Fábio Avelar; 4.336/2010, do Deputado Dinis Pinheiro; 4.434/2010, do Deputado Célio Moreira; 4.443/2010, da Deputada Rosângela Reis; 4.497/2010, do Deputado Leonardo Moreira; 4.498/2010, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 4.502/2010, do Deputado Arlen Santiago; 4.513/2010, do Deputado Duarte Bechir; 4.515/2010, da Deputada Ana Maria Resende; 4.521/2010, dos Deputados Ivair Nogueira e Domingos Sávio; 4.524/2010, do Deputado Dilzon Melo; 4.528/2010, do Deputado Irani Barbosa; 4.541/2010, do Deputado Arlen Santiago; 4.543/2010, do Deputado Lafayette de Andrada; 4.547/2010, do Deputado Antônio Júlio; e 4.562/2010, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 520/2007, do Deputado Dinis Pinheiro; 723/2007, do Deputado Chico Uejo; 4.171/2010, do Deputado Sávio Souza Cruz; 4.232/2010, do Deputado Antônio Júlio; 4.262/2010, do Deputado Delvito Alves; 4.345/2010, do Deputado Braulio Braz; 4.355/2010, do Deputado Tiago Ulisses; 4.378, 4.379, 4.380, 4.381/2010, do Deputado Mauri Torres; 4.486 e 4.488/2010, do Governador do Estado; 4.490/2010, do Deputado Eros Biondini; 4.493/2010, do Deputado Dinis Pinheiro; 4.494/2010, do Deputado Leonardo Moreira; 4.500/2010, do Deputado Neider Moreira; 4.504/2010, do Deputado Jayro Lessa; 4.505/2010, do Deputado Antônio Júlio; 4.509/2010, do Deputado Irani Barbosa; 4.514/2010, do Deputado Duarte Bechir; 4.519/2010, do Deputado Ademir Lucas; 4.520/2010, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 4.522/2010, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 4.523/2010, do Deputado Antônio Júlio; 4.525/2010, do Deputado Eros Biondini; 4.529/2010, do Deputado Jayro Lessa; 4.530/2010, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 4.531 e 4.532/2010, do Deputado Tenente Lúcio; 4.534/2010, do Deputado Braulio Braz; 4.535/2010, do Deputado Zezé Perrella; 4.537/2010, do Governador do Estado; 4.538/2010, da Deputada Cecília Ferramenta; 4.539/2010, do Deputado Eros Biondini; 4.540/2010, do Deputado Antônio Júlio; 4.542/2010, do Deputado Carlin Moura; 4.544 e 4.545/2010, do Deputado Dinis Pinheiro; 4.546/2010, da Deputada Gláucia Brandão; 4.551/2010, do Deputado Padre João; 4.552/2010, do Deputado Leonardo Moreira; 4.553/2010, do Deputado Neider Moreira; 4.556 e 4.557/2010, do Deputado Walter Tosta; 4.561/2010, do Governador do Estado; 4.563/2010, do Deputado Dimas Fabiano; 4.565/2010, do Deputado Ivair Nogueira; 4.567/2010, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 4.570/2010, do Deputado Sebastião Costa; 4.571 e 4.572/2010, do Deputado Gustavo Valadares; 4.573/2010, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 7ª Reunião Ordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 1º/6/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 4.124/2009, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 6.027/2010, do Deputado Wander Borges; 6.214 e 6.215/2010, do Deputado Weliton Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 11ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 1º/6/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 6.226/2010, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Finalidade: discutir o Projeto de Lei nº 4.130/2009, de autoria do Deputado Chico Uejo, que dispõe sobre a criação da Taxa de Proteção Ambiental.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 16ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 1º/6/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 3.708/2009, do Deputado Sargento Rodrigues.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 6.114/2010, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 6.121/2010, da Comissão de Direitos Humanos; 6.230 e 6.231/2010, da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 12ª Reunião Ordinária da Comissão de Administração Pública na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 1º/6/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 6.221 e 6.222/2010, da Comissão de Segurança Pública; 6.223 e 6.225/2010, da Comissão de Direitos Humanos, e 6.229/2010, do Deputado Ruy Muniz.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 10ª Reunião Ordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15h15min do dia 1º/6/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 4.456/2010, do Deputado André Quintão.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.626/2008, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 3.714 e 3.776/2009, do Deputado Padre João.

Requerimento nº 6.014/2010, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 12ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9 horas do dia 2/6/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.525/2008, do Deputado Durval Ângelo.

Finalidade: debater, em audiência pública com a presença de convidados, as violações aos direitos humanos, ambientais e de moradia aos cidadãos de Lagoa Santa, decorrentes da construção de hotéis e pousadas nas bacias das lagoas.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 9 horas do dia 1º/6/2010, destinada à realização do ciclo de debates "Legislação eleitoral e eleições 2010".

Palácio da Inconfidência, 31 de maio de 2010.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 1º/6/2010, destinada, na 1ª Parte, à leitura e à aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, na 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação do Projeto de Resolução nº 4.615/2010, da Mesa da Assembléia, que dispõe sobre o Direcionamento Estratégico da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e dá outras providências; e dos Projetos de Lei nºs 236/2007, do Deputado Carlin Moura, que dispõe sobre afixação, nas recepções dos hospitais da rede pública do Estado de Minas Gerais, da Cartilha dos Direitos do Paciente; 3.858/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 11.830, de 6/7/95, que cria o Fundo Estadual de Habitação - FEH -; 4.057/2009, do Deputado Gil Pereira, que altera a Lei nº 17.353, de 17/1/2008, que dispõe sobre a alteração do uso do solo nas áreas de ocorrência de mata seca; 4.136/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a alienar o imóvel que especifica; 4.144/2010, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 11.406, de 28/1/94, e dá outras providências; e 4.412/2010, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito especial em favor do Fundo de Assistência ao Pecúlio dos Servidores do Estado de Minas Gerais - Funapec -; e a discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 31 de maio de 2010.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados Pinduca Ferreira, Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 1º/6/2010, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se debaterem, em audiência pública, questões relativas à segurança pública na 1ª Região Integrada de Segurança Pública - Risp -, com sede em Belo Horizonte, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 31 de maio de 2010.

João Leite, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 4.476/2010

Comissão de Cultura

Relatório

O projeto de lei em epígrafe, do Deputado Antônio Carlos Arantes, objetiva declarar de utilidade pública a Associação Paraisense de Defesa do Folclore Brasileiro, com sede no Município de São Sebastião do Paraíso.

A matéria foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que a considerou jurídica, constitucional e legal. Vem agora a este colegiado para deliberação conclusiva, com base no art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.476/2010 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Paraisense de Defesa do Folclore Brasileiro, com sede no Município de São Sebastião do Paraíso. Trata-se de entidade sem fins econômicos voltada para a defesa do folclore nacional.

A instituição promove pesquisas, estudos e divulgação do folclore em âmbitos municipal, estadual, nacional e internacional; estimula a integração entre o conhecimento teórico e a prática profissional; incentiva as atividades voltadas para a defesa do folclore; contribui para o aperfeiçoamento dos associados, mediante intercâmbio de experiências com os pesquisadores da área do folclore; colabora em eventos promovidos por setores públicos e privados ligados ao folclore e à cultura em geral; valoriza a atividade profissional, contribuindo para o aprimoramento do elemento humano na área; contribui para a cultura regional e nacional, estimulando a preservação e o conhecimento dos bens e valores culturais do País; mantém intercâmbio com organizações congêneres, em níveis regional, nacional e internacional; estimula a difusão da cultura folclórica entre os jovens, a fim de manter a tradição e os costumes; cria e mantém escolas de percussão, sanfona, canto, violão, viola, cavaquinho, costura, bordado e artesanato, a fim de manter a tradição musical e o folclore; e mantém feiras de produtos artesanais e ligados ao folclore.

Não há dúvida de que o folclore é elemento fundamental da formação cultural de um país. No Brasil, as tradições populares desempenham importante papel no processo de criação da cultura e da identidade nacional. Por essa razão, ao buscar resgatar a importância do folclore, a entidade em questão realiza importante trabalho social, sendo justo conceder-lhe o título declaratório de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.476/2010, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 28 de maio de 2010.

Juninho Araújo, relator.

Parecer PARA O 1º TURNO Do Projeto de Resolução Nº 4.615/2010

Mesa da Assembleia

Relatório

De autoria da Mesa da Assembleia, o Projeto de Resolução nº 4.615/2010 dispõe sobre o Direcionamento Estratégico da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

Publicado no "Diário do Legislativo" de 27/5/2010, o projeto foi distribuído à Mesa da Assembleia para, nos termos do inciso VIII do art. 79 do Regimento Interno, receber parecer.

Fundamentação

A proposição em análise tem o objetivo de implementar na ALMG o Direcionamento Estratégico, com a finalidade de estabelecer a sua forma de atuação durante os próximos dez anos, para que se alcance a visão de futuro representada pelo objetivo de ser reconhecida como o poder do cidadão na construção de uma sociedade melhor. Essa visão de futuro é a linha mestra que norteará o planejamento a ser desenvolvido e implementado durante o referido período nesta Casa.

Como ponto de partida, tem-se que a missão da ALMG é exercer a representação e promover a participação da sociedade na elaboração das leis estaduais e na avaliação de políticas públicas para o desenvolvimento do Estado.

Assim, explicitada a razão de ser deste Parlamento, e estabelecido o ponto a que se pretende chegar até 2020, traçam-se, no art. 5º, os objetivos estratégicos, entre os quais se distinguem os finalísticos e os organizacionais, para definição dos resultados favoráveis absolutamente necessários para o êxito no cumprimento da missão e no alcançamento da visão de futuro. Esses objetivos são detalhados no Anexo I da proposição.

Devido ao fato de se tratar de um processo significativamente dinâmico e que deve considerar as constantes mudanças nos cenários interno e externo, as prioridades para implementação do Direcionamento Estratégico serão definidas, a cada biênio, pela Mesa da Assembleia.

Segundo a metodologia que se pretende adotar, além da fase de planejamento, na qual se estabelecem os objetivos estratégicos, as respectivas linhas de ação, as prioridades, as metas e os indicadores, e da fase de implementação, é imperioso que haja um rigoroso sistema de acompanhamento e controle que possibilite verificar o andamento da implementação dos projetos. Para a execução dessa tarefa, o projeto propõe a instituição do Comitê Executivo Assembleia 2020, que será integrado por seu coordenador-geral e pelos gestores de projetos, cujas atribuições serão detalhadas em regulamento. As demais disposições contidas na proposição referem-se a alterações na estrutura organizacional diretamente relacionadas com o objeto da proposição.

Diante disso, entendemos que, quanto ao mérito do projeto, o aprimoramento da sistemática de planejamento constitui medida que contribuirá, certamente, para maior eficiência na gestão deste Parlamento e, por essa razão, merece aprovação.

No que tange aos aspectos formais relativos à proposição em tela, verifica-se que compete privativamente a esta Casa dispor sobre a matéria objeto da proposição em estudo, em conformidade com o disposto no inciso III do art. 62 da Constituição do Estado, que confere à Assembleia Legislativa competência para "dispor sobre sua organização, seu funcionamento e polícia". Por sua vez, o Regimento Interno deste Parlamento prevê, na alínea "d" do inciso VII de seu art. 79, que compete privativamente a esta Mesa apresentar projeto de resolução que vise a dispor sobre o regulamento geral da Secretaria da Assembleia, sua organização, seu funcionamento e sua polícia, bem como suas alterações. Assim, o projeto de resolução é o instrumento adequado para a veiculação da matéria. Portanto, sob o ponto de vista formal, não encontramos empecilho à aprovação da matéria.

Relativamente aos aspectos financeiros e orçamentários, a proposta não incorre em nenhum vício dessa natureza, pois a Assembleia Legislativa vem observando rigorosamente os limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, o que lhe permite promover eventuais ajustes na estrutura administrativa da Secretaria desta Casa para a implantação do Direcionamento Estratégico.

Diante disso, não encontramos óbice à tramitação da proposição no que tange aos aspectos jurídicos, formais e de mérito.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução nº 4.615/2010 no 1º turno, na forma proposta.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 31 de maio de 2010.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Dinis Pinheiro, relator - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Hely Tarquínio.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 31/5/10, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Adelmo Carneiro Leão

exonerando Clécio Luiz Silva Júnior do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

exonerando Fábio José Macciotti Costa do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas;

exonerando José Tanajura Carvalho do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas;

exonerando Keila Gomes Cordeiro do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;

exonerando Mário Aparecido dos Santos do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;

nomeando Antônio Sérgio Prata Cury para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Clécio Luiz Silva Júnior para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas;

nomeando Fábio José Macciotti Costa para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas;

nomeando Keila Gomes Cordeiro para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas;

nomeando Mário Aparecido dos Santos para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Gabinete do Deputado Agostinho Patrus Filho

nomeando Márcia Maria de Paiva Borges Martini para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas.

Gabinete do Deputado Gilberto Abramo

exonerando Edson Flávio Campos Francisquini do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;

nomeando Alessandra Abreu Campos Gentil para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas.

Gabinete do Deputado Zezé Perrella

exonerando Sinval Tolentino Tiago do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;

nomeando Carlos Roberto Catão Silva para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando, a partir de 31/5/10, Juliene Cristina Sampaio do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

nomeando Ana Lúcia Fernandes para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo.